



**Crise financeira e os efeitos nas mulheres da região
Grupo de Mulheres Parlamentares: Reunião 08
30 agosto - 1 setembro, 2012. Cidade do Panamá, Panamá**

Como as mulheres enfrentam os choques econômicos? O que sabemos?

Shwetlena Sabarwal¹, Nistha Sinha² e Mayra Buvinic³

Artigo já publicado: Shwetlena Sabarwal, Nistha Sinha e Mayra Buvinic. 2011. "How Do Women Weather Economic Shocks?" *What We Know*. ("Como as mulheres enfrentam os choques econômicos? O que sabemos?") *Economic Premise* 46: 1-6. Rede sobre Redução da Pobreza e Gestão Econômica (PRMGE), Banco Mundial. <http://www.worldbank.org/economicpremise>.

Há diferença entre a maneira como os homens e as mulheres enfrentam os choques econômicos?⁴ Em razão da maior participação da mulher na força de trabalho globalizada, os impactos primários no emprego feminino provocados pela crise econômica deveriam ser mais importantes na recente recessão econômica que os registrados no passado. Os impactos secundários são o resultado das estratégias que os lares vulneráveis utilizam para enfrentar a redução da sua renda, que podem variar entre um gênero e o outro. No passado, as mulheres provenientes de lares de poucos recursos costumavam ingressar na força de trabalho, enquanto que as que pertenciam a lares de renda superior com frequência abandonavam o mercado de trabalho como resposta às crises econômicas.

As provas sugerem também que as mulheres adiam a maternidade durante esses períodos de crise e que tanto a escolaridade, como a sobrevivência dos filhos são seriamente afetadas. Isso acontece, sobretudo, nos países de baixa renda, nos quais as meninas sofrem mais os efeitos adversos na sua saúde do que os meninos. Esses impactos reforçam a necessidade de que as mulheres em países pobres tenham renda [suficiente] para ajudar os lares a estarem mais bem preparados para enfrentar os choques econômicos.

Impactos primários e secundários

Quais são, caso existam, as consequências específicas da crise financeira internacional recente para as mulheres dos países pobres e para os seus filhos? Numa tentativa de contribuir para esclarecer esta questão, este artigo analisa pesquisas realizadas em crises passadas sobre as diferenças existentes entre homens e mulheres no que se refere aos efeitos dos choques agregados e à forma de responder aos mesmos, incluindo os efeitos sobre a maternidade e sobre a saúde e a escolaridade dos filhos. Espera-se que os efeitos primários da crise incluam: (a) uma redução na renda das mulheres e um aumento no risco de pobreza dos lares como resultado da perda de postos de trabalho nas indústrias orientadas às exportações; (b) uma contração dos empréstimos para microempreendimentos, e/ou (c) uma redução das remessas (figura 1). Esses impactos primários deveriam ser particularmente importantes na crise recente em comparação com as crises passadas, já que as exportações e os mercados de crédito eram então muito mais reduzidos, as mulheres não estavam tão integradas a eles e as remessas constituíam uma porcentagem muito menor da renda do lar.

¹ Economista em *Africa Education*

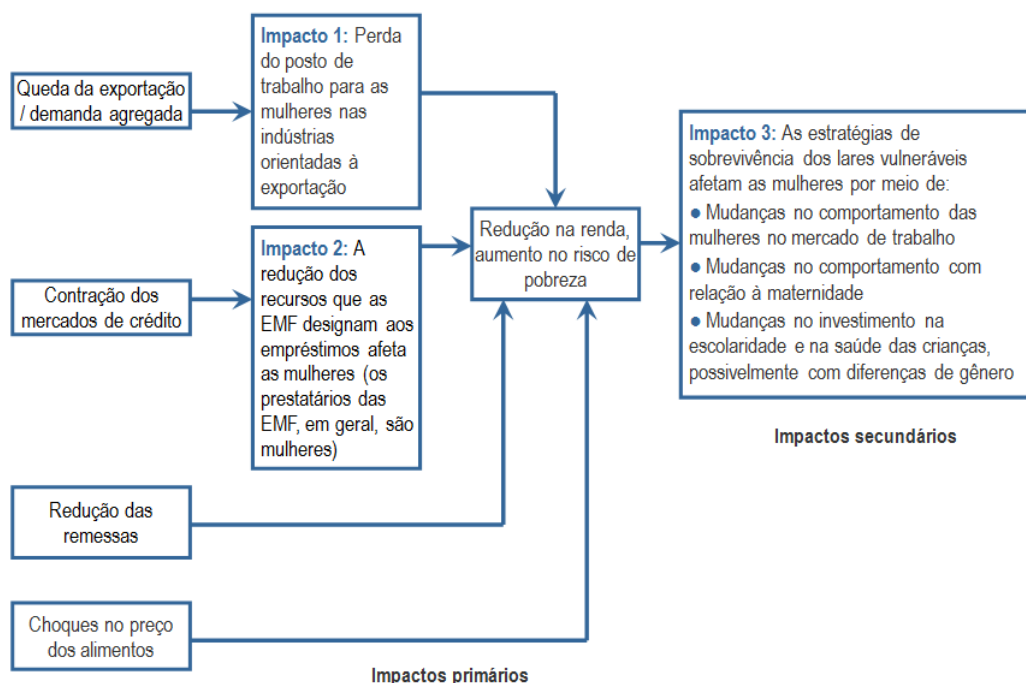
² Economista sênior em Gênero e Desenvolvimento, Redução da Pobreza e Gestão Econômica

³ Diretora, Gênero e Desenvolvimento, Redução da Pobreza e Gestão Econômica para o Banco Mundial

⁴ Veja também Sabarwal, Sinha e Buvinic [2010]

A crise terá também impactos secundários, já que em resposta à queda da sua renda, os lares vulneráveis aplicam estratégia de sobrevivência cujos efeitos estão bem diferenciados entre ambos os gêneros. As mulheres podem responder à queda na renda doméstica trabalhando com um maior número de horas (se já estão incorporadas à força de trabalho) ou ajustando o seu tempo e esforço no lar. Além disso, as mulheres podem enfrentar a situação modificando a sua maternidade e os lares podem diminuir (ou aumentar) o investimento na saúde e/ou educação dos filhos.

Figura 1. Possíveis canais de transmissão do impacto da crise econômica nas mulheres



Fonte: Ilustração do autor
Nota: EMF = entidade de microfinanças

Mais trabalhadores ou trabalhadores desalentados?

A evidência mais sólida sobre a resposta do mercado de trabalho feminino às crises pode ser encontrada nas crises da dívida latino-americana do início da década de 80 e fim da de 90.⁵ A participação das mulheres na força de trabalho aumentou em Lima, Peru (Francke 1992), durante a crise que ocorreu no início dos anos 80 e foram observadas respostas similares no Chile durante o período de 1974-75 e na Costa Rica, na crise econômica de 1982 (Leslie, Lycette, e Buvinic 1988). Mais recentemente, este efeito foi observado também durante a crise econômica latino-americana de meados dos anos 90 nas zonas urbanas da Argentina (Cerutti 2000). Utilizando dados correspondentes à Argentina, Pessino e Gill (1997) aplicam diferentes medições do ciclo comercial e calculam o impacto sobre a participação de homens e mulheres na força de trabalho. Os autores concluem que a participação de todas as mulheres na força de trabalho foi contracíclica, enquanto que entre os homens foi somente na faixa etária de 20 a 49 anos. A análise dos dados provenientes do levantamento de lares durante a crise do peso mexicano

⁵ O “efeito do trabalhador adicional” faz referência ao ingresso das mulheres ao mercado de trabalho em resposta ao desemprego dos seus cônjuges. No entanto, a maior parte da investigação de crises passadas analisada neste artigo mede as mudanças nas tendências com relação à participação da mulher na força de trabalho durante as crises e antes das mesmas. Trata-se de uma medição ampla da resposta do mercado de trabalho feminino à crise, já que poderia incluir as mulheres que ingressaram no mercado de trabalho feminino por outros motivos. Entre as exceções, estão as que mencionam Skoufias e Parker (2006) e Parker e Skoufias (2006).

de meados dos anos 90 dá indícios do “efeito do trabalhador adicional”. Skoufias e Parker (2006) determinam que, durante a crise do peso, houve 14 por cento mais de probabilidade de que as esposas ingressassem na força de trabalho em resposta ao fato de que os seus maridos passaram a engrossar os números do desemprego. Parker y Skoufias (2006) analisam o impacto do desemprego do chefe de família na probabilidade de que a esposa ingresse no mercado de trabalho durante o período de bonança ou recuperação econômica no México e comparam esse impacto com o que foi obtido durante um período recessivo. Os autores chegam à conclusão de que o desemprego do esposo aumenta a probabilidade de ingresso por parte da esposa na força de trabalho tanto durante a crise econômica como durante o período de bonança, mas que este efeito é maior durante a crise.

Ha também evidências de uma maior participação da mulher na força de trabalho durante a crise do Leste da Ásia, de 1997. A participação feminina aumentou a par do desemprego masculino nas Filipinas (Lim 2000) e na Indonésia (Smith *et al.* 2002). A partir de dados sobre o nível de vida dos lares tomados do Levantamento Nacional de Lares (*Demographic Health Survey*) de 66 países durante 21 anos (1985 – 2006), Bhalotra e Umaña-Aponte (2009) demonstram que a nível global, e em média, uma queda de dez por cento do PIB de um país está associada com um aumento de 0,34 pontos percentuais (69 por cento) na participação da mulher na força de trabalho.

Esta crescente participação durante a crise se apresenta na maioria das vezes em lares com rendas baixa ou média e nem tanto naqueles com rendas superiores (Cerutti 2000; Humphrey 1996; Judisman e Moreno 1990; Lee e Cho 2005). O maior aumento ocorre entre as mulheres com baixo nível de escolaridade, que tradicionalmente experimentam as menores taxas de participação econômica nessas economias com rendas média e baixa (Cerutti 2000). Além disso, alguns estudos revelam que as mulheres que ingressam no mercado de trabalho durante a crise são geralmente mais velhas (Aslanbeigui e Summerfield 2000; Cerutti 2000; Lee e Cho 2005) e têm filhos mais velhos (Cerutti 2000; Lee e Cho 2005). No entanto, no caso das Filipinas, as provas sugerem que durante a crise do leste asiático, as mulheres jovens podem ter entrado na força de trabalho em vez de se matricularem no ensino médio (Lim 2000).

Apesar da preponderância aparente de uma crescente participação da mulher na força de trabalho, durante uma recessão – e, caso ocorram certas condições - grandes quantidades de mulheres podem, por outro lado, se retirar dela. Kim e Voos (2007) examinam as taxas de participação na força de trabalho de homens e mulheres na Coreia do Sul durante a crise financeira de 1997. O número de mulheres que abandonaram a força de trabalho e se transformaram em trabalhadores desalentados superou ao de homens. Este efeito do trabalhador desalentado se deu fundamentalmente entre mulheres jovens e solteiras nos setores administrativo e de serviços, e superou o aumento na participação de mulheres casadas de idade média, que se incorporaram no mercado de trabalho para manter a renda familiar. No início da crise, o emprego caiu de maneira mais acentuada em termos percentuais para as mulheres do que para os homens, embora os índices de emprego feminino tenham se recuperaram à medida que o país começou a se recuperar dessa situação. É interessante destacar que Kim e Voos (2007) chegam também à conclusão de que, cinco anos depois da crise econômica, os índices de emprego entre as mulheres se recuperaram quase que por completo. Em termos de pontos percentuais, o emprego feminino cresce mais do que o masculino durante o lustro 1997-2002.

A evidência sugere que tanto o ingresso no mercado de trabalho (trabalhadores adicionais) como a saída (trabalhadores desalentados) durante as crises podem acontecer de forma simultânea, afetando diversos grupos de mulheres de diferente maneira. Bhalotra e Umaña-Aponte (2009) encontram uma considerável heterogeneidade nas respostas das mulheres ao mercado de trabalho feminino segundo o seu nível de escolaridade. Especificamente, as mulheres com um nível de escolaridade mais alto costumam se comportar de forma pró-cíclica, ou seja, reduzem a sua participação no mercado de trabalho durante os períodos de contração econômica. Esta observação coincide com a análise de Humphrey (1996) sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho durante a crise da dívida no Brasil na década de 80.

Não se detectou nenhum “efeito do trabalhador adicional” agregado nos dados correspondentes ao Brasil devido à sua simultaneidade com o efeito do trabalhador desalentado, já que as mulheres pobres entraram na força de trabalho enquanto as que não eram a abandonavam. Assim, ambos os efeitos parecem ter se anulado mutuamente.

Em suma, a crescente participação na força de trabalho e o fato de sair dela não representam necessariamente hipóteses contrapostas, dado que não se aplicam aos mesmos setores da população. Em especial, o ingresso no mercado de trabalho (efeito do trabalhador adicional) parece ser mais forte para lares de baixa renda, entre mulheres com baixo nível de escolaridade e entre mulheres mais velhas, enquanto que o efeito do trabalhador desalentado parece acontecer com mais força entre mulheres mais jovens e com maior nível de escolaridade.

As provas sobre os impactos da crise financeira do período 2007-2009 sobre as mulheres e as famílias ainda não estão disponíveis. Espera-se que a falta de acesso aos mercados globais (e o fato de participarem exclusivamente da produção doméstica ou de subsistência) “proteja” algumas mulheres nos países em desenvolvimento dos impactos a curto prazo do desastre financeiro. Em outros casos, no entanto, as mulheres dominam o emprego no setor de manufatura para a exportação (por exemplo, em Bangladesh, Camboja, Nicarágua e Filipinas) e na agricultura de alto valor (por exemplo, no Equador, Tailândia e Uganda). É provável que as mulheres empregadas nessas indústrias experimentem a perda do emprego direto em decorrência da contração na demanda por parte dos países industrializados de exportações provenientes dos países em desenvolvimento. A título de exemplo, durante a crise financeira de 1997 na Tailândia, a maioria dos trabalhadores despedidos em setores como vestuário, brinquedos, têxtil, artigos elétricos, joalheria, produtos plásticos, calçados e produtos de couro era mulheres (Mahmood e Aryah 2001).

Por outro lado, pode-se esperar que a crise bancária e a restrição de crédito formal em curso tenham um impacto direto maior sobre os homens do que sobre as mulheres, já que os primeiros conformam a maioria dos prestatários e usuários de serviços financeiros. No entanto, as mulheres representam os principais clientes das entidades de microfinanças (EMF), já que constituíram 85 por cento dos 93 milhões dos seus clientes mais pobres em 2006 (Informe do Estado da Campanha da Cúpula de Microcrédito de 2007) e é de se esperar que as utilidades que obtenham das microempresas se reduzam à medida que o crédito se esgote. Isto deveria ser, sobretudo, o caso da América Latina, Europa do Leste e Ásia Central, onde uma parte significativa dos recursos que as EMF designam aos empréstimos são obtidos de fontes comerciais mais do que concessionárias (subsídios) (CGAP 2009).

As mulheres adiam a maternidade

A partir de dados de painel correspondentes a 18 países da América Latina que abarcam mais de 45 anos e uma análise separada da transição aos nascimentos (primeiro, segundo e posteriores) mediante a utilização de levantamento de lares, Adsera e Menendez (2009) concluem que as mulheres adiam e em alguns casos reduzem inclusive a maternidade durante as crises econômicas. Este ajuste parece responder a aumentos no desemprego mais do que a uma diminuição no crescimento do PIB. Adsera e Menendez (2009) inferem que o adiamento da maternidade é mais forte entre as mulheres mais jovens, urbanas e com maior nível e escolaridade; pelo contrário, a associação entre a desaceleração econômica e a probabilidade de ter um segundo ou terceiro filho é maior entre as mulheres com um nível de escolaridade mais baixo. Além disso, e com a difusão do planejamento familiar na América Latina, a relação é mais sólida entre a coorte mais recente. De maneira similar, McKenzie (2003) encontra provas de maternidade adiada e/ou mais baixa como resposta à crise do peso mexicano de 1995. A sua análise mostra que aproximadamente um de cada 20 lares adiou a decisão de ter um filho ou decidiu não tê-lo como consequência da crise, tanto em lares com escolaridade, como os sem escolaridade, e tanto no contexto urbano, como no rural.

Alguns estudos chegam à conclusão de que o adiamento da maternidade durante as crises econômicas está limitado a um subgrupo de mulheres determinado (na sua maioria mulheres que mais provavelmente um acesso mais limitado ao crédito), o que implica que as crises econômicas modificam a composição das mulheres que têm filhos, o qual pode ou não se refletir nos índices gerais de maternidade. Utilizando um importante conjunto de microdados da Índia, Bhalotra (2010) demonstra que durante os períodos de recessão econômica as mulheres com alto risco de abortos espontâneos ou de dar à luz a crianças mortas são mais propensas a adiar a maternidade. Especificamente, Bhalotra sustenta que em áreas tanto rurais como urbanas, as mulheres analfabetas têm mais tendência a adiar a maternidade durante as crises econômicas. Além disso, nas áreas rurais, pode-se dizer o mesmo de mulheres com maridos analfabetos e de mulheres de tribos reconhecidas, que representam um grupo étnico desfavorecido na Índia. De maneira similar, mas no contexto de um país desenvolvido, Dehejia e Lleras-Muney (2004) sustentam que nos Estados Unidos existe uma redução na fração de mães de cor que abandonam os estudos de nível médio durante períodos recessivos (períodos de elevado desemprego a nível estatal). Dado que estas mulheres são mais propensas a ter filhos com problemas de saúde, o adiamento da maternidade durante os períodos de contração da atividade econômica se traduz em melhoras na saúde da criança em geral (Dehejia e Lleras-Muney 2004).

Sem diferença de gênero na escolaridade infantil

As provas obtidas a partir das crises macroeconômicas na América Latina e no Leste da Ásia sugerem que a matrícula das crianças nas escolas pode aumentar ou diminuir, mas as diferenças entre o gênero e outro parecem ser mínimas. No México e no Peru, por exemplo, a escolaridade infantil aumenta com os períodos recessivos. Também existem evidências deste efeito nos Estados Unidos durante a Grande Depressão (Goldin 1999) e no México durante a crise do peso do início dos 90 (McKenzie 2003). O estudo de Skoufias e Parker (2006), focalizado nos meses próximos no início da crise do peso, determina que enquanto a falta de emprego do chefe de família não provocou o ingresso dos adolescentes na força de trabalho, sim reduziu a assistência das adolescentes à escola (mas não modificou a taxa de assistência no caso dos adolescentes do sexo masculino). Schady (2004) sustenta que a crise econômica do Peru durante a década dos 80 causou um aumento na escolaridade tanto de meninas como de meninos.

Na Costa de Marfim e na Índia, dois países com renda média/baixa, a variação nos ingressos vinculados com os choques climáticos reduz a escolaridade infantil, mas não existem diferenças de gênero significativas (Jensen 2000; Jacoby e Skoufias 1997). As contrações econômicas estiveram vinculadas com a diminuição na matrícula escolar infantil e/ou com o aumento no trabalho infantil nas Filipinas durante o período 1997-1998 (Lim 2000), na Indonésia durante o mesmo período (Frankenberg, Thomas, e Beegle 1999; Thomas *et al.* 2004), e também na Costa Rica na década de 80 (Funkhouser 1999). Durante a crise na Indonésia, as diferenças na redução da matrícula escolar entre um gênero e outro variaram segundo o grupo etário. Nas Filipinas, a queda na matrícula escolar do nível fundamental ocorreu exclusivamente no caso das meninas, enquanto que a matrícula dos meninos aumentou de maneira significativa (Lim 2000). Yokota *et al.* (2004) mostram que os lares filipinos pobres reduziram a quantia destinada a crianças menores (de entre 10 e 14 anos, ambos os sexos) e à educação de meninas maiores (de entre 15 e 19 anos), redução que destinaram a incrementar o gasto na educação de meninos maiores (de entre 15 e 19 anos).

A saúde das meninas, a principal afetada

Diferente dos impactos na escolaridade, há provas suficientes nos países de baixa renda com relação aos impactos que os períodos recessivos têm sobre a mortalidade infantil segundo o gênero (Friedman e Schady 2009). Baird, Friedman e Schady (2007) utilizam os dados do Levantamento de Lares correspondentes ao período 1986-2006 sobre nascimentos e falecimentos informados pelas mães em 59 países de baixa renda na África Subsaariana, América Latina, Sul e Leste da Ásia. Ambos combinam

estes dados com o PIB per capita e chegam à conclusão de que enquanto os meninos e as meninas se beneficiam de maneira similar com os choques positivos neste valor, os choques negativos são muito mais prejudiciais para as meninas. Em média, uma mudança de um por cento no PIB per capita modifica a mortalidade infantil dos meninos em 0,27 falecimentos por cada mil nascimentos, no entanto, no caso das meninas a variação é de 0,53 falecimentos por cada mil nascimentos. Baird, Friedman e Schady (2007) demonstram a existência da relação entre os choques negativos do PIB e uma maior mortalidade infantil de meninas não somente no sul da Ásia, mas também em outras regiões que não costumam estar associadas com uma preferência por filhos do sexo masculino.

Aplicando uma metodologia similar à de Baird, Friedman e Schady (2007), Friedman e Schady (2009) se concentram em 30 países da África Subsaariana com o propósito de examinar o impacto potencial da atual crise econômica na mortalidade infantil. Ao combinar os dados sobre nascimentos e falecimentos informados pelas mães com os índices de crescimento do PIB per capita do Fundo Monetário Internacional (reais entre 1993 e 2008 e projetados para 2009), Friedman e Schady (2009) determinam que as meninas representam a maior parte das mortes infantis provocadas por um choque no PIB. Um desvio de um por cento nesta taxa provoca aproximadamente 0,33 mais falecimentos de meninos por cada mil nascimentos e 0,62 mais falecimentos de meninas por cada mil nascimentos. Os autores calculam que como consequência da redução no crescimento esperada para 2009, terá entre 28 mil e 49 mil falecimentos infantis adicionais na África subsaariana, a maior parte deles correspondentes a meninas.

Apesar da existência de uma grande quantidade de bibliografia que vincula os choques nos ingressos localizados com a saúde feminina, esta relação entre mortalidade infantil feminina e choques que afetam a economia no seu conjunto merece uma investigação mais profunda. Uma possibilidade é que diante de uma redução na taxa de crescimento do PIB os lares reduzam os materiais sanitários para as filhas e protejam a saúde dos filhos. Outra explicação poderia ser o processo de seleção biológica nos nascimentos durante as crises. Existe a crença generalizada de que os fetos femininos são mais saudáveis do que os masculinos e que têm maiores probabilidades de nascer, em especial, durante as crises econômicas (Friedman e Schady 2009). Assim, os fetos masculinos que sobrevivem à gravidez são proclives a serem mais saudáveis que as meninas, de modo tal que, entre todos os recém-nascidos vivos, as meninas têm menos probabilidade que os meninos de sobreviver além da infância.

O gênero importa no momento de explicar os efeitos dos choques agregados

A partir da análise das provas, fica evidente que os efeitos dos choques econômicos agregados sobre os pobres não são homogêneos. O gênero importa no momento de explicar os efeitos diferenciais, tanto em termos de efeitos diretos ou primários do choque econômico como em termos das estratégias de sobrevivência dos lares, ou efeitos secundários. No entanto, essas diferenças de gênero variam segundo os países e os níveis de desenvolvimento. Uma maior participação das mulheres na força de trabalho é uma resposta contundente em todos os países exceto no Brasil, onde se pode observar ambos os efeitos (o de trabalhador adicional e o de trabalhador desanimado) e na República da Coreia, onde as mulheres se retiraram da força de trabalho. Nos Estados Unidos, o alcance do efeito do trabalhador adicional parece ter diminuído com o tempo ao longo do século XX (Lundberg 1985; Maloney 1991; Moehling 2001). Juhn e Potter (2007) sugerem que a diminuição desse efeito poderia ser atribuída a um aumento considerável na participação das mulheres na força de trabalho (por conseguinte, se veem afetadas tanto como os seus esposos) e a disponibilidade do seguro social, por exemplo, os benefícios por desemprego ou invalidez. As provas adicionais apresentadas aqui sugerem que os efeitos do trabalhador adicional prevalecem nos países de baixa renda e entre os lares de baixos recursos, enquanto os efeitos do trabalhador desalentados predominam nos países e lares de renda alta. No entanto, a crise mundial recente pode modificar estas previsões, já que pela primeira vez na história e como resultado da contração na demanda global, as mulheres em países de baixa renda podem perder

os seus empregos e a economia informal pode ser afetada de igual maneira e deixar de ser uma rede de contenção para os pobres.

Nos casos em que foram projetados adequadamente, os programas de *workfare* (assistência em troca de trabalho social) atraíram parte da oferta adicional de mão de obra feminina (a partir do efeito do trabalhador adicional) durante as últimas recessões econômicas. Tais programas podem chegar a ser mais necessários ainda durante esta crise global se, de fato, houver uma maior perda de emprego direto para as mulheres nas empresas afetadas pela contração global da demanda. No entanto, restam muitas perguntas sem resposta em relação a esse efeito do trabalhador adicional e ao impacto dos programas de *workfare* nas mulheres pobres. Essas mulheres (trabalhadores adicionais) permanecem no mercado de trabalho ou voltam finalmente à situação prévia à crise?⁶ Têm mais ou menos problemas do que as suas contrapartes masculinas ao abandonarem os programas de *workfare*? O grau de preocupação sobre a estigmatização associada a estes programas é igual entre mulheres e homens?

Tal como sucede com os efeitos sobre a resposta das mulheres ao emprego, os efeitos dos choques econômicos agregados sobre os resultados em termos de escolaridade e saúde infantil variam de acordo com o nível de desenvolvimento do país em questão. Nos países com baixa renda, a escolaridade e a saúde das crianças geralmente melhora durante as contrações econômicas, enquanto que nos países pobres ocorre o contrário (nos países com renda média, os resultados são mais ambíguos). Nos países pobres não existem diferenças aparentes na redução da matrícula escolar infantil entre um gênero e outro, mas, sim, se observam claramente na deterioração dos resultados sanitários para as crianças. Os choques econômicos agregados têm impactos muito mais importantes sobre a mortalidade infantil nas meninas do que nos meninos nas diferentes culturas e não somente nas regiões nas quais se verificou uma forte inclinação para os meninos. Isso sugere que nos países com baixa renda, as famílias parecem fazer maiores esforços para proteger os homens dos que as mulheres durante os períodos de problemas econômicos, o que exige delinear políticas públicas dirigidas especialmente a proteger a saúde e condição nutricional das meninas. As transferências de dinheiro em espécie para as mães (com transferências maiores para as famílias para proteger a saúde das meninas) poderiam ser parte da solução, junto com a proteção governamental de subvenções fiscais para o gasto básico em saúde e educação em períodos de recessão. Entre as preocupações com relação a esses programas, as seguintes podem ser mencionadas: com que facilidade podem ser implementadas e monitoradas nos países de baixa renda? Com que facilidade podem ser adaptadas às mudanças durante as recessões? São capazes de diminuir as preferências das famílias pobres de proteger em um primeiro momento a saúde dos homens? Nesse caso, quanto essas modificações durariam?

As diferenças de gênero que surgiram a partir desta análise das provas são, em parte, função das diferenças no acesso aos mercados de trabalho e de crédito e na designação de tarefas do lar entre homens e mulheres, mas também o resultado das estratégias de sobrevivência dos lares quando enfrentam uma queda na sua renda. Estas diferenças podem ser significativas e em grande medida previsíveis, de modo que seja possível dar-lhe uma resposta mediante intervenções políticas.

Bibliografia

Adsera, Alicia, and Alicia Menendez. 2009. "Fertility Changes in Latin America in the Context of Economic Uncertainty." Institute for the Study of Labor (IZA) Discussion Paper 4019, Bonn, Germany.

Aslanbeigui, Nahid, and Gale Summerfield. 2000. "The Asian Crisis, Gender, and the International Financial Architecture." *Feminist Economist* 6 (3): 81–103.

Baird, Sarah, Jed Friedman, and Norbert Schady. 2007. "Aggregate Economic Shocks and Infant Mortality in the Developing World." World Bank Policy Research Working Paper 4346, Washington, DC.

⁶ Posadas (2010) explora a conduta no mercado de trabalho a longo prazo das mulheres que se incorporaram à força de trabalho durante a crise financeira na Indonésia em 1997 e concluiu que somente entre 6 e 13 por cento das mulheres deixam o seu emprego uma vez superado o choque; a maioria continua formando parte do mercado de trabalho.

Bhalotra, Sonia. 2010. "Fatal Fluctuations? Cyclicity and Infant Mortality in India." *Journal of Development Economics* 93 (1): 7–19.

Bhalotra, Sonia, and Marcela Umaña-Aponte. 2009. "Distress Work amongst Women? The Dynamics of Labour Supply in Sixty-Six Developing Countries." Paper presented at Fourth IZA/World Bank Conference on Economics and Development, Bonn, Germany, May 4.

Cerutti, Marcela. 2000. "Economic Reform, Structural Adjustment, and Female Labor Force Participation in Buenos Aires, Argentina." *World Development* 28 (5): 879–91.

CGAP (Consultative Group to Assist the Poor). 2009. "The Global Financial Crisis and Its Impact on Microfinance." Focus Note No. 52.

Dehejia, R., and A. Lleras-Muney. 2004. "Booms, Busts, and Babies' Health." *Quarterly Journal of Economics* 119 (3): 1091–1130.

Francke, M. 1992. "Women and the Labor Market in Lima, Peru: Weathering Economic Crisis." Paper prepared for the International Center for Research on Women Seminar on Weathering Economic Crises: Women's Responses to the Recession in Latin America, Washington, DC, August 11.

Frankenberg, Elizabeth, Duncan Thomas, and Kathleen Beegle. 1999. "The Real Costs of Indonesia's Economic Crisis: Preliminary Findings from the Indonesia Family Life Surveys." Labor and Population Working Paper Series 99-04, RAND Corporation, Santa Monica, California.

Friedman, Jed, and Norbert Schady. 2009. "How Many More Infants Are Likely to Die in Africa as a Result of the Global Financial Crisis?" World Bank Policy Research Working Paper 5023, Washington, DC.

Funkhouser, Edward. 1999. "Cyclical Economic Conditions and School Attendance in Costa Rica." *Economics of Education Review* 18 (1): 31–50.

Goldin, Claudia. 1999. "Egalitarianism and the Returns to Education during the Great Transformation of American Education." *Journal of Political Economy* 107 (6): S65–S94.

Hirata, Helena, and John Humphrey. 1990. "Male and Female Workers and Economic Recession in Brazil." Mimeo, International Center for Research on Women, Washington, DC.

Humphrey, John. 1996. "Responses to Recession and Restructuring: Employment Trends in the São Paulo Metropolitan Region, 1979–87." *Journal of Development Studies* 33 (1): 40–62.

Jacoby, Hannan, and Emmanuel Skoufias. 1997. "Risk, Financial Markets, and Human Capital in a Developing Country." *Review of Economic Studies* 64 (3): 311–35.

Jensen, Robert. 2000. "Agricultural Volatility and Investments in Children." *American Economic Review* 90 (2): 399–404.

Judisman, C., and A. Moreno. 1990. "Women, Labor, and Crisis: Mexico." Mimeo, International Center for Research on Women, Washington, DC.

Juhn, Chinhui, and Simon Potter. 2007. *Is There Still an Added Worker Effect?* Federal Reserve Bank of New York Staff Report No. 310. Kim, Haejin, and Paula B. Voos. 2007. "The Korean Economic Crisis and Working Women." *Journal of Contemporary Asia* 37 (2): 190–208.

Lee, Kye, and Kisuk Cho. 2005. "Female Labor Force Participation during Economic Crises in Argentina and the Republic of Korea." *International Labor Review* 144 (4): 423–49.

Leslie, Joanne, Margaret Lycette, and Mayra Buvinic. 1988. "Weathering Economic Crises: The Crucial Role of Women in Health." In *Health, Nutrition and Economic Crises: Approaches to Policy in the Third World*, ed. David E. Bell and Michael R. Reich, 307–48. Greenwood Publishing.

Lim, Joseph. 2000. "The Effects of the East Asian Crisis on the Employment of Women and Men: The Philippine Case." *World Development* 28 (7): 1285–1306.

Lundberg, Sally. 1985. "The Added Worker Effect." *Journal of Labor Economics* 3 (1): 11–37.

Mahmood, Moazam, and Gosah Aryah. 2001. "The Labor Market and Labor Policy in a Macroeconomic Context: Growth, Crisis, and Competitiveness in Thailand." In *East Asian Labor Markets*

and *Economic Crisis: Impacts, Responses, and Lessons*, ed. Gordon Betcherman and Rizwanul Islam, 245–92. Washington, DC: World Bank; and Geneva: International Labour Office.

Maloney, Tim. 1991. "Unobserved Variables and the Elusive Added Worker Effect." *Economica* 58 (230): 173–87

McKenzie, David J. 2003. "How Do Households Cope with Aggregate Shocks? Evidence from the Mexican Peso Crisis." *World Development* 31 (7): 1179–99.

Microcredit Summit Campaign. 2007. *Microcredit Summit Campaign 2007 Report*. http://www.microcreditsummit.org/socr_archive/.

Moehling, C. M. 2001. "Women's Work and Men's Unemployment." *Journal of Economic History* 61 (4): 926–49.

Parker, Susan, and Emmanuel Skoufias. 2006. "The Added Worker Effect over the Business Cycle: Evidence from Urban Mexico." *Applied Economics Letters* 11 (10): 625–30.

Pessino, Carola, and Indermit S. Gill. 1997. "Determinants of Labor Supply in Argentina: The Importance of Cyclical Fluctuations in Labor Force Participation." CEMA Working Papers, No. 118, Universidad del CEMA.

Posadas, Josefina. 2010. "Persistence of the Added Worker Effect: Evidence Using Panel Data from Indonesia." Mimeo, World Bank, Washington, DC.

Sabarwal, Shwetlena, Nistha Sinha, and Mayra Buvinic. 2010. "How Do Women Weather Economic Shocks? A Review of the Evidence." World Bank Policy Research Working Paper 5496, Washington, DC.

Schady, Norbert. 2004. "Do Macroeconomic Crises Always Slow Human Capital Accumulation?" *World Bank Economic Review* 18 (2): 131–54.

Skoufias, Emmanuel, and Susan Parker. 2006. "Job Loss and Family Adjustments in Work and Schooling during the Mexican Peso Crisis." *Journal of Population Economics* 19 (1): 163–81.

Smith, James T., Duncan Thomas, Elizabeth Frankenberg, Kathleen Beegle, and Graciela Teruel. 2002. "Wages, Employment, and Economic Shocks: Evidence from Indonesia." *Journal of Population Economics* 15 (1): 161–93.

Thomas, Duncan, Kathleen Beegle, Elizabeth Frankenberg, Bondan Sikoki, John Strauss, and Graciela Teruel. 2004. "Education in a Crisis." *Journal of Development Economics* 74 (1): 53–85.